



REDE PENSSAN

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania
e Segurança Alimentar e Nutricional

Nota Técnica 2026 – GT Monitoramento/Rede PenSSAN

Nos últimos 4 anos, que marcaram o período pós-pandemia de Covid-19, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) tem documentado a redução gradual das taxas de insegurança alimentar (IA) em nível global, chegando a 8,2% em 2024. Apesar da tendência de melhora, ainda não foi possível retomar os patamares observados antes de 2020 (em 2017 foi 7,1%), dado o contexto global marcado por guerras entre países, conflitos internos e pela intensificação da ocorrência de eventos climáticos extremos, todos com repercussões diretas sobre a produção e preço dos alimentos, consequentemente, sobre o acesso das populações à alimentação suficiente e saudável. Outro dado alarmante apontado é que a diversidade alimentar permanece inadequada globalmente, tanto para crianças quanto para mulheres: apenas 30,8% das crianças de 6 a 23 meses e 62,7% das mulheres de 15 a 49 anos consomem uma dieta minimamente diversificada.

O relatório da FAO sobre o estado da segurança alimentar e nutrição no mundo (*The State of Food Security and Nutrition in the World – SOFI*), que reúne e analisa dados sobre fome e insegurança alimentar (IA), ratificou que o Brasil permanece fora do Mapa da Fome, tradicional referência dos países com incidência grave de insegurança alimentar, considerando o Indicador de Prevalência de Subalimentação (PoU). Também observou que o país conseguiu reduzir as prevalências de insegurança alimentar moderada e/ou grave, medidas com métodos próprios, decorrentes do uso da Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES em inglês). A partir dessas medidas, a FAO observou uma redução média da insegurança moderada ou grave no país de 13,3% no intervalo entre 2022-2024 para 9,6% entre 2023-2025. A prevalência média de insegurança alimentar grave, nesses intervalos de 3 anos, também caiu de 3,1% para 0,6%.

A FAO utiliza, para as estimativas brasileiras de acesso domiciliar aos alimentos, dados provenientes da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), incluída nas pesquisas do IBGE desde 2004. A EBIA avalia as experiências de convivência com a insegurança alimentar e a fome nos domicílios. Ela é aplicada em entrevistas presenciais, com um período recordatório dos últimos 3 meses e distingue quatro níveis de acesso aos alimentos, que são classificados em segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. De acordo com os últimos

dados publicados pelo IBGE, a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave no Brasil era de 7,7% e de insegurança alimentar grave de 3,2% em 2024.

É importante salientar dois aspectos que explicam as diferenças entre os dados atuais da FAO e os do IBGE mencionados acima. As estimativas da FAO são relativas às médias dos últimos 3 anos (2023, 2024 e 2025), já as do IBGE são referentes apenas a 2024. O segundo aspecto, talvez o mais relevante, é o fato de que a FAO, apesar de utilizar informações da EBIA, estabelece a classificação dos níveis de insegurança alimentar moderada e/ou grave a partir de pontos de corte por ela padronizados, buscando garantir comparabilidade entre países, portanto, diferentes e mais restritos que os pontos de corte usados e padronizados (validados) para a população brasileira.

Os dados internacionais, embora diferentes dos apresentados pelo IBGE, seguem uma tendência semelhante. Ambos mostram a redução da insegurança alimentar moderada ou grave e da insegurança alimentar grave, indicando, portanto, progresso na eliminação da fome no Brasil. Tais resultados foram possíveis em razão da reconstrução a partir de 2023, das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na agenda de governo, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), bem como com a reestruturação e a criação de novas políticas públicas, que buscam o enfrentamento da fome e o restabelecimento de políticas estruturantes para sua superação.

Avanços e desafios

Os dados apontam que o Brasil continua avançando na redução dos índices de insegurança alimentar, em um contexto de reconstrução e fortalecimento da agenda pública de Segurança Alimentar e Nutricional e de combate à fome. Desde 2023, esse processo tem sido marcado pela recomposição do orçamento destinado às políticas sociais e de SAN, pela retomada das instâncias do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), pela implementação do Plano Brasil sem Fome e pela formulação e implementação de estratégias intersetoriais, como o Alimenta Cidades, que ampliam a capacidade do Estado de enfrentar as desigualdades e promover o Direito Humano à Alimentação Adequada.



REDE PENSSAN

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania
e Segurança Alimentar e Nutricional

Mesmo com os avanços recentes, o problema da fome permanece uma realidade inquietante no Brasil e no mundo. Atualmente, os eventos climáticos extremos devem ser considerados um eixo prioritário para a superação da fome, uma vez que impactam a produção de alimentos e, em associação com outros fatores, levam ao aumento de seus preços e inflação, o que constitui uma condição que requer atenção e políticas públicas urgentes e adequadas para a superação de seus efeitos.

Ressalta-se que a despeito da melhoria nos indicadores gerais, a fome segue afetando de forma desproporcional os grupos mais vulnerabilizados da população brasileira, com recortes marcados por raça, gênero, território e classe social. A permanência das desigualdades de acesso aos alimentos nesses segmentos da população brasileira e a formulação de políticas públicas mais efetivas e especificamente dedicadas à promoção do direito humano à alimentação suficiente e de qualidade para todos e cada um dos brasileiros. Nesse sentido, é importante a continuidade da avaliação e do monitoramento da insegurança alimentar, especialmente pelo CONSEA, e por meio de novas pesquisas com representatividade nacional, porém desagregadas ao nível dessas populações e territórios específicos, utilizando, para este fim, indicadores adequados e validados.

Sobre a Rede PENSSAN

Formada em 2012 e formalizada em 2017, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – a Rede PENSSAN – reúne pesquisadoras e pesquisadores dedicados à promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional em todo o Brasil. A Rede PENSSAN possui papel central na produção de conhecimento com base na pesquisa cidadã e atua como observatório dos dados sobre a fome no país, assim como no acompanhamento crítico do conjunto das políticas públicas em segurança alimentar.

Relatório “Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo” (*The State of Food Security and Nutrition in the World – SOFI*):

<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/22b14846-edb1-4ec9-9bb3-28e0c6e0cb7f/content>